



Obras para desvio do Rio Xingu no Pará

© ANDRÉ VILLAS-BÓAS/ISA

DOSSIÊ BELO MONTE

Não há condições para a Licença de Operação

A publicação do ISA resume os erros e omissões na condução das obrigações socioambientais da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, tanto da Norte Energia quanto do governo federal. Caso a licença seja emitida, não haverá nova oportunidade para resolver os problemas causados por ela. **p.18**

Quilombolas retomam mutirão de colheita de arroz

Depois de décadas o quilombo de Morro Seco, no Vale do Ribeira (SP), retomou os tradicionais mutirões para a colheita de arroz. A comunidade quer revitalizar a atividade e apresentá-la às novas gerações. **p.12**

Sangue Yanomami volta ao Brasil depois de longa batalha

Em abril, o povo Yanomami recebeu de volta, depois de uma luta de anos, as amostras de sangue coletadas sem seu consentimento e levadas para os EUA em 1967. E enterraram seus mortos em paz. **p.20**

- 2 PESQUISA E DIFUSÃO
- 5 MODELOS DE SUSTENTABILIDADE
- 15 DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS
- 22 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



© BETO RICARDO/ISA

Produção de beiju na feira semanal em São Gabriel da Cachoeira (AM) onde são ofertados produtos da agrobiodiversidade da região

Agrobiodiversidade, gente que planta o futuro foi o mote da Semana do Meio Ambiente do ISA

Ao longo de junho, mês em que se celebra o Dia Internacional do Meio Ambiente, o ISA preparou uma série de conteúdos especiais sobre um tema essencialmente vinculado aos direitos socioambientais: a agrobiodiversidade. A agrobiodiversidade – ou diversidade agrícola – envolve dinâmicas histórico evolutivas do cultivo das plantas pelos povos em seus territórios, numa interdependência extremamente complexa. Assim, a partir do conteúdo dos programas do ISA e de seu trabalho com as comunidades indígenas e tradicionais – no Rio Negro (AM), no Parque Indígena do Xingu (MT), na Terra do Meio (PA), em Roraima e no Vale do Ribeira (SP) – foram levantados alguns exemplos dessa integração: as roças de pimenta dos índios Baniwa, as diferentes variedades de amendoim dos índios Kaiabi do Xingu, o mel dos quilombolas do Vale do Ribeira, o mel e o pequi dos índios do Xingu. O especial repercutiu nas redes sociais do ISA com mais de 35 mil visualiza-

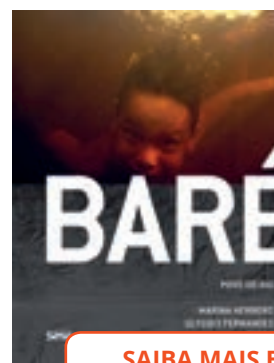
ções e cerca de cinco mil interações entre compartilhamentos, likes e comentários. Os posts da Agrobiodiversidade foram os mais visualizados no mês de junho.

Para ver a série completa, acesse:
<http://isa.to/1Gmnt1>

Curtas

► Sesc lança livro sobre a cultura do povo Baré

Baré: povo do rio, lançado pelas edições Sesc em março, em São Paulo, conta a história do povo baré que originalmente ocupava um território de mais de 165 mil km², no Alto Rio Negro, noroeste amazônico, marcada pela violência e pela exploração do trabalho extrativista. O lançamento incluiu a exibição de um documentário de mesmo nome, produzido pelo Sesc TV, e um bate-papo entre os líderes baré Braz França e Marivelton Barroso e o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, autor do prefácio do livro. Hoje, os baré, que até 1990 eram considerados extintos no Brasil, tornaram-se a décima população indígena do país vivendo próximos aos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. O livro traz fotos e textos de dez autores, aborda a identidade, as memórias, histórias, costumes e experiências, bem como apresenta análises, pesquisas arqueológicas e depoimentos sobre suas lutas e conquistas. O posfácio foi escrito pelo Coordenador do Programa Rio Negro do ISA, Beto Ricardo.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Owetgt>

Publicação mostra onde estão os Yanomami e Ye'kwana no Brasil e na Venezuela

Produzida pelas organizações indígenas Hutukara e Horonami em parceria com o ISA e a Wataniba, a publicação *Território e comunidades Yanomami Brasil-Venezuela 2014* apresenta de maneira inédita e integrada informações de localização das comunidades, infraestrutura e diversidade sociolinguística. O objetivo é auxiliar as organizações indígenas e as instituições públicas de Brasil e Venezuela no planejamento de ações e de políticas que incidem sobre estes territórios. É um instrumento valioso para garantir a proteção de seu território e o respeito às suas especificidades culturais em ambos os países. O mapa pode, por exemplo, auxiliar no atendimento à saúde de comunidades isoladas na fronteira e no combate à oncocercose (doença transmitida por um mosquito que ataca o tecido conjuntivo e, entre outros males, provoca cegueira). O território Yanomami é o último foco da doença nas Américas. Além disso, a publicação contribui para o diálogo entre as organizações indígenas e o poder público, à medida em que torna visível alguns aspectos do território Yanomami que até então eram desconhecidos pelos não indígenas.

Lançado em maio na sede da Hutukara, em Boa Vista, o mapa já havia sido apresentado em Brasília durante reuniões realizadas com a Funai, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, o Ministério Público Federal, o Ministério da

Defesa, o Ministério da Cultura e o Itamaraty, em março. O território Yanomami, em ambos os lados da fronteira Brasil e Venezuela, compreende uma das maiores e mais importantes áreas contínuas de floresta tropical do mundo – aproximadamente 23 milhões de hectares – com baixíssimos índices de desmatamento e degradação florestal, e de reconhecida importância para a conservação e produção da biodiversidade.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1REqfXB>



Curtas

Novos verbetes são publicados no site Povos Indígenas no Brasil

No mês de junho, o site Povos Indígenas no Brasil (PIB), carro-chefe dos produtos sobre a sociodiversidade indígena do ISA, ganhou dois novos verbetes. Um sobre interlocutores de longa data do ISA: os Tuyuka, da família linguística Tukano, que vivem no Rio Uaupés, na região do Alto Rio Negro (AM). Assinado por Aloísio Cabalzar, antropólogo do Programa Rio Negro do ISA, o texto detalha as especificidades dos Tuyuka – como seu calendário anual, especialistas religiosos e as experiências da Escola Indígena Tuyuka-Utapinopona – e substitui o verbete anterior, que tratava dos povos do Uaupés em geral. **Confira em <http://isa.to/1lueApp>.**

A enciclopédia recebeu também uma extensa atualização do verbete Sateré-Mawé. Habitantes do Amazonas, os Sateré-Mawé são inventores da cultura do Guaraná. A atualização, produzida pela pesquisadora Sônia Lorenz, substitui o texto escrito por ela em 2000. **Veja em <http://isa.to/1lueD4q>.**



Aliança pela Água lança *Manual de Sobrevivência para a Crise*

Para marcar o Dia Mundial da Água, celebrado em meio à pior crise hídrica da história do Estado de São Paulo, a Aliança pela Água lançou uma publicação que ensina a população a encarar cortes no abastecimento de água e dá dicas práticas de reuso e economia.

Água, Manual de Sobrevivência para a Crise é um livreto ilustrado, produzido de forma colaborativa pelos diferentes grupos e especialistas que fazem parte da Aliança, rede de quase 50 entidades, entre ONGs, co-

letivos e movimentos sociais que desde outubro de 2014 monitora a resposta do governo e propõe soluções à crise hídrica.

Em linguagem simples, o manual ensina em sete capítulos a reutilizar água com segurança e a sobreviver se a torneira secar de fato, com soluções caseiras, baratas e fáceis de fazer. Detalha práticas de economia máxima, estratégias para o momento de colapso, orientações de saúde e informações sobre fontes alternativas de água. O manual funciona de forma coordenada com outros materiais e aplicativos que já existem, como o *Cadê a Água?*, desenvolvido pelo ISA em apoio à Aliança, que permite que as pessoas denunciem a falta d'água em suas casas, ajudando a mapear e comunicar a dimensão da crise.



SAIBA MAIS EM:
www.aguasp.com.br

Mapa retrata maior bacia de águas pretas do mundo

A publicação *Bacia do Rio Negro: uma visão socioambiental* é resultado de um trabalho realizado em 2014 pela Rede Rio Negro, da qual o ISA faz parte. Com cerca de 70 milhões de hectares, a região está situada na porção noroeste da Amazônia, de ocupação histórica e tradicional de dezenas de povos indígenas, e é compartilhada por quatro países: Brasil, Colômbia, Guiana e Venezuela. Trata-se de um grande corredor de diversidade socioambiental, com paisagens bastante diversas e conservadas, incluindo Terras Indígenas reconhecidas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas ainda em identificação pela Funai. Além de informações cartográficas georreferenciadas, o mapa traz fotografias de cenas típicas da região e artigos com informações a respeito dos modos de vida e a cultura das populações rionegrinas, ecologia, saberes, infraestrutura e ameaças.

Com essa publicação, a Rede Rio Negro pretende inaugurar

um sistema de interação e um ambiente colaborativo para a edição de novas versões do mapa e dos textos. Instituições, pesquisadores, conhecedores, viajantes e moradores poderão enviar suas colaborações. A ideia é manter um banco de dados atualizado por meio de um ambiente de cooperação, produzir alertas e análises sobre ameaças e pressões, bem como valorizar e divulgar o vasto patrimônio socioambiental da região.



O mapa está disponível na versão em português e em espanhol para download no site da Rede Rio Negro:
<http://rederionegro.socioambiental.org>



Da esq. para a dir.: Márcio Santilli, do ISA, a embaixadora da Noruega no Brasil, Aud Marit Wiig e o senador João Capiberibe, na abertura da mostra

Exposição Povos Indígenas no Brasil 1980-2013 chega ao Senado

Depois de itinerar por quatro capitais, a exposição *Povos Indígenas no Brasil 1980-2013* voltou a Brasília; dessa vez, para colocar em pauta a luta dos povos indígenas por seus direitos coletivos no Senado Federal. A retrospectiva em imagens, uma realização do ISA e da Embaixada da Noruega em comemoração aos 25 anos da Constituição Federal e 30 do apoio norueguês aos povos indígenas, esteve no Salão Branco do Senado entre os dias 12 e 22 de maio. A mostra foi levada para o Congresso por iniciativa do senador João Capiberibe (PSB/AP) e é composta por 44 fotos clicadas por 33 fotógrafos. A maior parte delas foi publicada originalmente na imprensa ou nos volumes da série *Povos Indígenas no Brasil*, iniciada pelo CEDI e continuada pelo ISA. No lançamento da exposição, Márcio Santilli, do ISA, destacou seu peso histórico. “Nós podemos aqui rever as imagens das mobilizações indígenas dos anos de 1987 e 1988: o primeiro momento de nossa história recente em que delegações indígenas vindas de várias partes do país chegaram à capital e ao Congresso Nacional. Essa exposição é uma iniciativa para o resgate da memória da participação desses povos no conjunto do processo político e do Estado e das instituições do país”.

Santilli registrou ainda a importância dessa memória para iluminar o momento atual de ataques parlamentares aos direitos constitucionais indígenas: “Se memória tivessem do processo da Constituinte, [os parlamentares] pensariam melhor antes de pretender restringir esses direitos”.

Curtas

Artes e meio ambiente são as novidades do Pibinho

Agora as crianças podem ter acesso à seção “Artes”, parte do tema “Como vivem” e o conteúdo “Ambiente com gente dentro”, do tema “Onde estão”, no site Povos Indígenas no Brasil Mirim. Em “Ambiente com gente dentro”, a seção explica de forma acessível a relação entre os povos indígenas e o ambiente que ocupam, desmistificando a ideia de que as florestas são um grande vazio populacional. Por meio de exemplos que abrangem os diferentes ecossistemas e povos existentes – os Xavante e o Cerrado, e os Guarani e a Mata Atlântica –, o usuário adquire uma visão ampla do papel das comunidades indígenas na conservação da biodiversidade. A seção de Artes, que em breve deve ganhar conteúdos novos, é dividida em subtemas: música, poética/artes da fala, danças, pintando corpos e objetos, cestaria/tecelagem e indumentária/moda. Na parte de música, por exemplo, as crianças podem ouvir o som do Taratararu – clarinete de taquara utilizado pelo povo Yudja (MT) e um canto dos Makuxi, que vivem na TI Raposa-Serra do Sol (RR).

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1lueX37>





© SELMA GOMES/ISA

Oficina na comunidade Ye'kwana Fuduwaaduinha, na TI Yanomami (RR)

Terras Indígenas do Amazonas, Roraima e Rondônia aplicam sistema de indicadores socioambientais

No primeiro semestre de 2015, o Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas (SisTI), que está sendo desenvolvido pelo Programa de Monitoramento do ISA, teve aplicações em comunidades indígenas no Amazonas, Roraima e Rondônia. Em abril, a equipe do Monitoramento levou o sistema para a região de Auaris, na TI Yanomami, onde vivem os povos Ye'kwana e Sanuma. As oficinas ocorreram nas comunidades Fuduwaaduinha, dos Ye'kwana, e Asikamau, dos Sanuma.

O diagnóstico, que é apoiado pela Associação do Povo Ye'kwana do Brasil (Apyb), Hutukara Associação Yanomami (HAY), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Fundação Nacional do Índio (Funai), deve ajudar a definir ações concretas para a melhoria da situação em Auaris, onde há grande concentração demográfica, escassez de recursos naturais e frequente incidência de casos de desnutrição. Ainda em abril foi realizada uma visita de monitoramento à comunidade indígena

Nadëb da aldeia Jeremias, na TI Paraná Boá Boá, em Japurá (AM). A visita, realizada em parceria com o Conselho Indígena Missionário (Cimi) de Tefé, permitiu esclarecer dúvidas da comunidade sobre o questionário e a metodologia do projeto, iniciado na comunidade em outubro de 2014. Entre as principais questões já identificadas estão a pesca clandestina e a retirada ilegal de madeira, que devem ser alvo de ações de fiscalização.

Em maio, a equipe esteve em Rondônia, onde além de aplicar o SisTI em duas Terras Indígenas, deverá elaborar com parceiros locais, um dossiê socioambiental das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas daquele estado. Para isso, foram realizadas reuniões com a ONG Kanindé, com a Funai e o Cimi, além de uma primeira visita à TI Sagarana para apresentação do SisTI. As aldeias Sagarana e Wainaitai da TI discutiram a proposta e decidiram participar do projeto de levantamento. A primeira oficina de trabalho deve acontecer no segundo semestre de 2015.

Foirn encerra curso de Gestão Territorial e Ambiental no Rio Negro

Promovido pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) com apoio do Ministério do Meio Ambiente por meio dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), o curso de gestão territorial, iniciado em maio de 2014, encerrou-se com a realização da última etapa entre 24 e 28 de fevereiro, no telecentro do ISA, em São Gabriel da Cachoeira. Os alunos revisitaram o histórico, o conteúdo e os instrumentos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e elaboraram seus trabalhos de conclusão de curso.

Na etapa final, os participantes foram divididos em sete grupos de trabalho como nos módulos anteriores: um grupo da região de Maturacá, outro do Cauburis e cinco estabelecidos pela divisão das coordenadorias

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1BaPkSG>

regionais da Foirn. Eles apontaram questões de interesse de cada região e relataram o que tem sido feito e discutido pelas comunidades e associações. Alguns temas abordados foram instrumentos de governança, economia indígena, manejo da seringa, cadeia produtiva de piaçava, propriedade intelectual e conhecimentos indígenas, turismo, energia sustentável e plano de manejo de peixes. Entre as atividades, foram apresentados os questionários elaborados no terceiro módulo e preenchidos pelos participantes por meio de entrevistas em suas comunidades e entornos. As informações levantadas se somaram a materiais elaborados em módulos anteriores e serviram de base para os trabalhos de conclusão dos sete grupos. A Foirn irá compilar esses trabalhos em uma publicação futura sobre gestão territorial e ambiental no Rio Negro.

Intercâmbio leva professores do Xingu ao Alto Rio Negro

Em maio, 11 professores indígenas das etnias Araweté, Xikrin, Kuruaya, Parakanã e Assurini do Médio Rio Xingu, no Pará,

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Uom6rh>

visitaram a Escola Indígena Tuyuka-Utapinopona, localizada no Alto Rio Tiquié, noroeste amazônico. Eles foram conhecer o programa de educação escolar dos povos Tuyuka que tem como base a pesquisa e o fortalecimento da cultura Tuyuka. Assim, podem se inspirar na elaboração de seus Projetos Político Pedagógicos.

O intercâmbio foi organizado pelo ISA em conjunto com a Verthic – consultoria, que trabalha com povos indígenas afetados direta ou indiretamente por grandes obras de infraestrutura. Nesse caso específico, essas etnias estão na área de influência da usina hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Rio Xingu, no Pará.

Na Casa de Conhecimentos Tuyuka na comunidade São Pedro, xinguanos e Tuyuka trocaram experiências escolares, compartilharam vivências e os desafios de realizar escolas interculturais e de qualidade.



Professores, assessores e moradores da comunidade São Pedro em frente à Casa de Conhecimentos Tuyuka

© LARISSA LANICA-VERTHIC

ISA, ICV e produtores rurais fazem a primeira entrega de carbono para a Natura

O ISA, o Instituto Centro de Vida (ICV) e produtores rurais apresentaram os resultados do primeiro monitoramento do Projeto Carbono Nascentes do Xingu que desenvolvem no âmbito do Programa Natura Carbono Neutro, edital 2008.

O projeto viabilizou a restauração de 116 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas em propriedades privadas da região das cabeceiras do Rio Xingu em Mato Grosso, por meio da venda antecipada das remoções de 40 mil toneladas de carbono.

O monitoramento para aferir os resultados foi realizado em janeiro e fevereiro de 2015, a partir da instalação de 21 parcelas de 1.000 m² alocadas entre as áreas restauradas entre 2009 e 2010 nos municípios de Cláudia, São José do

Xingu, Santa Cruz do Xingu e Querência, totalizando uma amostra de 2,1 hectares.

De acordo com as estimativas, nesses cinco anos de plantio, o projeto atingiu a remoção de 1934 tCO₂e (CO₂e significa carbono equivalente, medida que converte todas as emissões, de todos os gases, em CO₂) ultrapassando a quantidade negociada de 1500 tCO₂e para o primeiro quinquênio, conforme contrato estabelecido entre as partes.

Para o próximo quinquênio foi realizado um prognóstico de entrega de 6811 tCO₂e, o que representaria 34% a mais do que o prometido. O Projeto Carbono Nascentes do Xingu tem duração de 30 anos com previsão de entregas de carbono a cada cinco anos e encontra-se em processo de validação no padrão Climate Community and Biodiversity (CCB).

Prefeituras de MT começam a elaborar plano de metas no Programa Municípios Sustentáveis

A capacitação sobre o Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMMS), foi organizada pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia (Codema), pelo ISA e pelo governo estadual, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional e apresentada em junho a representantes de 13 prefeituras da região Araguaia/Xingu, na Câmara Municipal de Água Boa (MT). Os técnicos do ISA fizeram a apresentação do Programa Municípios Sustentáveis, que tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos municípios da Amazônia mato-grossense, fortalecendo a economia local, melhorando a governança pública municipal, promovendo a se-

gurança jurídica e reduzindo o desmatamento e a degradação ambiental. Assim, os representantes dos municípios começaram a elaborar seus planos de metas, ferramenta que irá contribuir com o planejamento da gestão de cada um deles, adequando suas realidades e prioridades. A proposta é que o Programa seja apresentado pelos representantes em seus municípios para que juntos construam o plano de metas. Até agora 41 municípios que fazem parte do Bioma Amazônia aderiram ao Programa. A meta, entretanto, é que ele tenha abrangência estadual e seja o eixo de convergência das ações e políticas públicas estaduais voltadas à sustentabilidade junto aos municípios e consórcios intermunicipais.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1lue8aK>



Quilombolas de Iporanga e Itaóca selecionam plantas em campo

Oficinas aprimoram coleta, seleção e armazenamento de sementes

Em abril, o ISA realizou duas oficinas com quilombolas do Vale do Ribeira (SP), para aprimorar os processos de identificação, coleta, seleção e armazenamento familiar das sementes tradicionais. Os eventos dão continuidade à construção coletiva de um banco de sementes das comunidades quilombolas da região e fazem parte do projeto Sistema Agrícola Quilombola: soberania alimentar, cultura e geração de renda, realizado com 18 quilombos da região. A primeira oficina reuniu no Parque Estadual Turístico Alto Ribeira 12 representantes de cinco comunidades quilombolas situadas em Iporanga e Itaóca (Pilões, Nhunguara, Piririca, Cangume e Bombas).

A segunda oficina, realizada em Eldorado, contou com 14 representantes de sete comunidades (São Pedro, Ivaporunduva, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Abobral Margem Direita e Abobral Margem Esquerda). O debate girou em torno de pontos de aproximação entre as técnicas tradicionais empregadas pelos quilombolas e as técnicas agrônômicas alternativas, como as agroecológicas e as biodinâmicas, no que se refere à conservação, ao manejo e à reprodução de sementes e mudas. Foram discutidos temas como a reprodução, o plantio e manejo das espécies e das variedades; a secagem e a conservação das sementes; as disputas e diferenças entre sementes tradicionais, híbridas e transgênicas, e foram realizadas atividades práticas, como o teste de germinação de sementes e a seleção de plantas no campo.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1zOigBJ>

Curtas

Hutukara relança campanha de radiofonia na TI Yanomami

A Hutukara Associação Yanomami retomou em maio a campanha de radiofonia lançada em 2012. A meta é chegar a 87 aparelhos de rádio instalados em toda a Terra Indígena Yanomami (TIY) para protegê-la e fortalecer suas comunidades. Parte da vulnerabilidade da TIY está relacionada com a ausência de uma estrutura de comunicação que permita denunciar com agilidade à sede da Hutukara e às autoridades competentes invasões e ameaças. Quando a campanha se iniciou, durante as comemorações da homologação dos 20 anos da Terra Indígena, contou inicialmente com doações do ISA, da Fundação Rainforest da Noruega e da Embaixada da Noruega. Nesses três anos já foram instalados 16 novos rádios, totalizando uma rede de 33. A Hutukara adquiriu mais 17 aparelhos que ainda estão sendo instalados e conseguiu recursos para a compra de outros seis. Faltam 30. Os interessados em colaborar podem doar o valor que desejarem, por meio de depósito no Banco do Brasil S/A (001), Conta Corrente: 24.190-3, Agência Monte Caburaí: 2617-4.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1cubTIA>



© BÉTO RICARDO/ISA

Na comunidade Yamado, a festa de lançamento contou com os chefs (da esq. para dir.) Felipe Schaedler, Bela Gil e Alex Atala com as mulheres baniwa

Mais duas Casas da Pimenta Baniwa são inauguradas

Em abril, a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) inaugurou mais duas Casas da Pimenta: uma localizada na Escola Pamaáli, no Rio Içana, 300 km a noroeste do município de São Gabriel da Cachoeira, e outra na comunidade Yamado, na margem direita do Rio Negro, defronte à cidade de São Gabriel da Cachoeira, ambas na Terra Indígena (TI) Alto Rio Negro, noroeste amazônico. Os chefs de cozinha Felipe Schaedler, de Manaus, Alex Atala, do Instituto ATÁ, e Bela Gil participaram dos eventos de inauguração.

As Casas da Pimenta são espaços de produção, envase e armazenamento da tradicional pimenta Jiquitaia, uma "farinha" de pimentas com sal que carrega uma diversidade enorme de variedades presente nas roças das mulheres baniwa. Agora, a rede de Casas da Pimenta idealizada pela Oibi e apoiada por várias instituições e pessoas do mundo da gastronomia soma quatro unidades. Apoiado pelo ISA, o projeto tem mais de cinco anos e ainda em 2015 estão previstas as inaugurações de mais duas casas. Em 2014, a produção alcançou mais

de 4,2 mil potinhos de 35 ml de pimenta. Foram comercializadas cerca de 3,6 mil unidades por uma rede de 30 postos de venda.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1EO31r6>

Curtas

Rede de Sementes do Xingu se adequa à lei

A Associação Rede de Sementes do Xingu deu um grande passo ao conseguir sua inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renasem). Na prática, isso significa que todas as sementes comercializadas pela Rede estão adequadas do ponto de vista legal, de acordo com a Lei de Sementes e Mudanças e mais especificamente com a Instrução Normativa nº 56 do Ministério da Agricultura, publicada em 2011, sobre sementes florestais. Essa conquista é fruto da construção participativa já que o tema da qualidade das sementes tem sido tratado com frequência em oficinas e encontros com a participação dos coletores e técnicos. A legalização das sementes da Rede é apenas um dos resultados de um processo maior voltado continuamente para a qualidade. Nesse caminho, a parceria da Rede com o Laboratório de Qualidade de Sementes da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), possibilitou a realização dos testes de qualidade dos lotes de sementes. Além disso, a Rede tem contribuído, a partir de dados práticos, com propostas de reformulações e adaptações da legislação em vigor, a partir de sua participação em comissões criadas para debater o tema.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1luedc>

Banco de sementes quilombola começa a ser desenhado

Em março, uma nova edição do “Encontro de gerações das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira: Troca de conhecimento sobre manejo, plantio e variedades agrícolas”, reuniu, na cidade de Eldorado, 12 representantes dos quilombos de São Pedro, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça e Morro Seco. A primeira edição, em dezembro de 2014, teve a participação de representantes dos quilombos Nhunguara, Pilões, Maria Rosa, Piririca, Porto Velho, Cangume e Bombas, que se localizam nos municípios de Itaóca e Iporanga. Os encontros fazem parte das ações do projeto Sistema Agrícola Quilombola: soberania alimentar, cultura e geração de renda, realizado pelo ISA em 18 quilombos do Vale do Ribeira, com o patrocínio da Petrobrás.

Nas duas edições do evento, os participantes concluíram que é necessária a formação de um banco de sementes dos quilombos do Vale do Ribeira. O debate girou em torno da conservação e recuperação de variedades agrícolas tradicionais cultivadas nas comunidades, valorizando o conhecimento dos agricultores sobre as sementes e sobre o manejo das roças,

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1NcuZk4>



Participantes elaboram diagnóstico sobre as mudas e sementes em seus territórios

a segurança alimentar e o seu significado para as futuras gerações. Um diagnóstico da situação das mudas e das sementes tradicionais foi elaborado e os participantes iniciaram o levantamento das espécies e variedades perdidas e das que são cultivadas atualmente. Também trocaram experiências sobre as estratégias de conservação de sementes adotadas pelas comunidades. Nesse processo, a equipe do ISA conta com a assessoria agrônômica da Associação Brasileira de Biodinâmica (ABD).

Controle de qualidade de sementes é tema de intercâmbio da Rede do Xingu

Oficinas, cursos e grupos de trabalho fizeram parte do intercâmbio realizado no Laboratório de Qualidade de Sementes da Universidade Estadual de Mato Grosso, campus de Nova Xavantina. Cerca de 100 coletores da Rede de Sementes do Xingu, técnicos, pesquisadores, alunos e professores participaram das atividades.

O objetivo foi fortalecer a troca de saberes e aprendizados e identificar experiências de técnicas e tecnologias para aperfeiçoar o controle de qualidade de

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1ludSZc>

sementes florestais e buscar uma estratégia para a Rede.

Os coletores tiveram a oportunidade de conhecer os testes realizados no laboratório e compreender como as atividades de campo podem afetar a qualidade de sementes. Os testes avaliam parâmetros técnicos das sementes, os coletores garantem sua qualidade e o laboratório atesta e qualifica. Os resultados mostraram a importância da integração de saberes para, além de atingir as obrigações legais, construir uma gestão participativa da qualidade da Rede.



© MARILIA GARCIA SENE/ISA

Sessenta pessoas participaram do mutirão da colheita de arroz, na comunidade de Morro Seco

Quilombos do Vale do Ribeira retomam tradicional mutirão da colheita de arroz

Em maio, a comunidade do quilombo de Morro Seco, no município de Iguape (SP), realizou um grande mutirão para a colheita de arroz que terminou com um grande baile. Há décadas esses mutirões ou puxirões, como são chamados regionalmente, não eram realizados. Foram substituídos por reunidas, outro tipo de trabalho coletivo que junta menos gente, por um período menor de tempo e nas quais não se realiza o baile. Revitalizar esta prática tradicional do Sistema Agrícola Quilombola e, principalmente, apresentá-la para as gerações mais novas foram as razões que levaram as lideranças de Morro Seco a retomar os puxirões.

A atividade começou logo cedo e incluiu café da manhã, almoço e

jantar para os 60 participantes incluindo moradores de Morro Seco, e dos quilombos Nhunguara, Pedro Cubas, São Pedro, Ivaporunduva e Piririca, além da equipe do Instituto Socioambiental e de representantes da Associação Cultural Cachuera!, da Associação Desportiva Cultural de Capoeira (Adecc-Eldorado), da Revista Pesquisa Fapesp, da Unesp (Universidade Estadual Paulista) e da igreja católica. Muitos jovens quilombolas relataram que estavam participando pela primeira vez na vida de um mutirão para a colheita do arroz. Uma roda de conversa e depois um baile, com apresentação do fandango por músicos e por um grupo de dança da comunidade, encerraram o mutirão. Um vídeo-reportagem foi produzido para registrar as atividades.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1SEKhSr>

Índios do Rio Negro querem programas diferenciados para a sua agricultura tradicional

As comunidades indígenas do Rio Negro, no noroeste do Amazonas, estão lutando para que os programas de compras governamentais da agricultura familiar sejam adaptados aos seus sistemas agrícolas tradicionais. Para as lideranças indígenas, o ideal é que fossem criados programas diferenciados para os índios que valorizassem os produtos das roças tradicionais, seu modo peculiar de produção e seus conhecimentos tradicionais. No início do mês, o presidente da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), Carlos Nery, divulgou carta com essa reivindicação durante reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em Belém.

O documento foi elaborado durante um intercâmbio realizado em março, em São Gabriel da Cachoeira, reunindo agricultores e lideranças indígenas do Médio Rio Negro, gerentes das Ca-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1DqN79m>
E <http://isa.to/1NqpDl0>

sas da Pimenta Baniwa e representantes da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi). Durante esse intercâmbio, os participantes discutiram os entraves ao acesso às políticas públicas para a agricultura familiar indígena na região. Também foram abordadas questões relativas à comercialização de produtos beneficiados em comunidades indígenas, valorização econômica do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, e aplicação de novas técnicas de beneficiamento e conservação de frutas, ervas medicinais e pimentas.

Em entrevista ao ISA, em junho, Carlos Nery denuncia que as iniciativas federais de compras governamentais – o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – sequer chegaram ao Rio Negro e que as iniciativas semelhantes desenvolvidas pelo governo do Amazonas, ao estimular a monocultura, estão colocando em risco a segurança alimentar das comunidades indígenas e o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.

Jovens do Vale do Ribeira fazem projetos e campanhas para suas comunidades

No fim de junho, jovens de 14 municípios finalizaram o quarto módulo da Formação de Agentes Socioambientais, projeto desenvolvido pelo ISA e voltado a populações de 29 comunidades rurais do Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo, como quilombolas, indígenas, assentados, caiçaras e agricultores familiares.

Ao longo de oito meses, os jovens passaram por atividades e visitas que estimularam o olhar sobre a região, sobre as riquezas e as demandas de suas comunidades. Divididos em cinco turmas, passaram por módulos que trataram de temas como educação ambiental, gestão territorial, políticas públicas, manejo agro-

cológico, elaboração de campanhas e projetos e legislação ambiental.

Foram criadas cinco campanhas pelos jovens, com temas como a importância dos manguezais, produção agroecológica, impactos do uso dos agrotóxicos e proteção dos rios. Além disso, elaboraram projetos para 29 comunidades, voltados ao fortalecimento da agricultura familiar. Pelo menos cinco projetos receberão apoio financeiro e técnico do Instituto Socioambiental (ISA).

A iniciativa é apoiada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), pela Goldman Environmental Foundation (GEF) e Jewish Community Federation (JCF).



© MARCELO SALAZAR/ISA

O extrativista Tukinha, da Resex do Rio Iriri, lava as castanhas na etapa do beneficiamento

Semana do Extrativismo fortalece cadeia de valor de produtos florestais não madeireiros

Mais de 150 pessoas entre extrativistas e indígenas, gestores das Unidades de Conservação e representantes dos governos municipal, estadual e federal, de empresas e organizações atuantes na região, participaram, em maio, da II Semana do Extrativismo da Terra do Meio (PA), realizada na Resex do Rio Iriri. Empresas como a Mercur, que já é parceira dos extrativistas, e a Wickbold fecharam acordos respectivamente para a compra da borracha e da castanha produzida nas próximas safras.

A semana reuniu os moradores das três Reservas Extrativistas da Terra do Meio (Riozinho do Anfrísio, Xingu e Iriri), criadas entre 2004 e 2008 e que estão consolidando uma cadeia de

valor na região. Também foram discutidas melhorias e novas tecnologias

na extração e produção dos produtos florestais não madeireiros. O próximo passo vai depender de políticas de incentivo adequadas para essas populações, que vivem a uma distância que pode chegar a 10 dias de barco do próximo centro urbano, que é Altamira, com quem dividem os serviços públicos já sobrecarregados com a chegada da usina de Belo Monte, em construção desde 2011. Ao final do encontro, foi encaminhado um documento à Companhia Nacional de Abastecimento e à Secretaria do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, que reivindica, entre outros itens, acesso simplificado, mais amigável, às políticas do governo de aquisição de alimentos como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o Pnae (Programa Nacional de Educação Escolar).

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1M4XEXt>

Nova Lei da Biodiversidade não traz segurança jurídica

A presidente Dilma Rousseff sancionou, em maio, o novo marco legal da biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), que vai regular o acesso e a exploração econômica dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à agrobiodiversidade. Esse acesso, muitas vezes, tem a finalidade de fazer pesquisas científicas e, também, o objetivo de desenvolver produtos que serão explorados comercialmente, como medicamentos, cosméticos e produtos alimentares. Dilma vetou cinco dispositivos da redação aprovada pelo Congresso.

As alterações aprimoraram a legislação em relação ao acesso e exploração do patrimônio genético. Pelo menos três vetos atenderam reivindicações do movimento social e das organizações da sociedade civil que atuaram durante a tramitação da proposta no Congresso, entre elas o ISA. Dilma vetou o artigo que isentava de repartição de benefício os produtos derivados de acesso ao patrimônio genético realizado antes de 29 de junho de 2000. Também retirou do texto a possibilidade das indústrias escolherem, com exclusividade, o destinatário final da repartição de benefícios não monetária no caso de acesso a recursos genéticos. Os dois pontos eram defendidos pelas grandes empresas envolvidas com o tema. Outro veto garantiu que o Ibama fiscalize o acesso e exploração do patrimônio genético, evitando a fiscalização exclusiva do Ministério da Agricultura para as atividades de agricultura.

“O resultado final ainda traz um grande desequilíbrio em favor dos interesses do agronegócio, das indústrias de cosméticos e medicamentos principalmente. Mas os vetos são importantes por corrigir distorções significativas”, avalia Maurício Guetta, advogado do ISA. “Depois de 15 anos de debates, acho que perdemos uma oportunidade importante de termos uma lei equilibrada e melhor para todos.

Apesar dos vetos importantes, a lei continua inaceitável e não traz segurança jurídica”, reforça Nurit Bensusan, assessora do ISA.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Q1eG9c>

Biodiversidade: tradicionalmente sábia

Durante a Semana do Meio Ambiente, em junho, o ISA lançou no Facebook a página “Biodiversidade: tradicionalmente sábia”, que pretende mostrar, de forma didática, o que está em jogo no tema do acesso e uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados. O “novo marco legal” sobre o assunto, a Lei nº 13.123/2015, entrará em vigor até o final do ano e, até lá, o tema continua regulado pela Medida Provisória (MP) 2.186-16/2001.

SAIBA MAIS EM <https://www.facebook.com/biodiversidadesabia>

Curtas

▶ Liminar determina que quilombo de Bombas tenha estrada de acesso

Em 29 de julho, uma liminar, resultado de uma Ação Civil Pública de março de 2014, da unidade da Defensoria Pública Estadual na cidade de Registro (SP), emitiu, entre outros itens, uma decisão que determina à Procuradoria do Estado de SP que apresente em 15 dias as medidas que irá tomar para prover o acesso da comunidade quilombola de Bombas à Iporanga por uma estrada de acesso e de que forma a medida será implementada. Há mais de dez anos que a comunidade batalha, com apoio de organizações que atuam na região, o ISA entre elas, para sair do isolamento em que vive desde que, em 1958, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira foi criado se sobrepondo à área do quilombo. Com a delimitação pelo governo estadual dos limites do parque em 1983, estabelecendo normas legais próprias de uma Unidade de Conservação, a comunidade foi impedida de realizar suas atividades agrícolas tradicionais, teve as áreas de criação de animais restringidas e foi proibida de realizar qualquer atividade extrativista. Os quilombolas não têm água, energia, saneamento básico, educação e saúde, e para chegar à cidade mais próxima, Iporanga precisam caminhar quatro horas por uma estreita trilha.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1T74WBe>



Durante Sessão Solene na Câmara índios se manifestam contra a PEC 215

Índigenas de todo o País protestam em defesa de seus direitos

Em abril, a Mobilização Nacional Indígena reuniu, em Brasília, mais de 1,5 mil lideranças, de 200 povos de todas as regiões do Brasil, e promoveu manifestações em vários locais do País. O mote da mobilização este ano foi a retomada das demarcações e contra propostas que tramitam no Legislativo ameaçando os direitos indígenas, conquistados e garantidos pela Constituição de 1988.

Na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, os índios montaram o 11º Acampamento Terra Livre, organizaram passeatas, vigílias, plenárias e audiências, além de se reunirem com autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário. Convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Mobilização contou com o apoio do ISA e de outras organizações indígenas e indigenistas. Depois de inúmeras dificuldades e truculências por parte da segurança do Congresso Nacional, as lideranças indígenas conseguiram



À esq., Eduardo Cunha, presidente da Câmara, recebe as lideranças indígenas

se encontrar com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), com o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Miguel Rosseto, com o senador e presidente do PSDB, Aécio Neves,

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1f5yywK>

Parlamentares e organizações da sociedade civil manifestam-se contra a PEC 215

O recado dos indígenas durante a Mobilização Nacional Indígena, em abril, repercutiu no final de maio. Em manifesto intitulado “Em apoio à sociedade civil e contra a PEC 215”, 48 senadores expressaram seu desacordo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. A proposta está hoje numa Comissão Especial na Câmara. Se for aprovada no colegiado, segue para o plenário, da Câmara onde precisa ser aprovada por 60% dos 513 deputados, em dois turnos. Se aprovada passaria ao plenário do Senado, onde, para ser aprovada, precisa também de 60% dos votos dos senadores, em dois turnos de votação. Se não alcançar esse número de votos, o projeto é arquivado.

© JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Da esq. p/dir.: Márcio Santilli, Sonia Guajajara, João Alberto Capiberibe e Janete Capiberibe no Senado

A adesão dos senadores ao manifesto indica que a chance do projeto ser derrubado no Senado é grande. E pode ser considerada um recado duro do Senado à bancada ruralista da Câmara, que tem na PEC uma de suas principais bandeiras. “A PEC não foi precedida de consulta. A confirmação de direitos de minorias não pode ficar suscetível a maiorias temporárias. A demarcação é um ato técnico e declaratório. Não há sentido em introduzir o componente político nesse ato”, diz o manifesto.

A iniciativa de elaborar o documento e recolher as assinaturas foi do senador João Alberto Capiberibe (PSB-AP) e contou com o apoio de vários senadores do PT, PMDB, PSDB, PDT e outros partidos. O documento foi apoiado por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e o ISA entre outros.

Em junho, foi a vez de 70 organizações da sociedade civil, movimentos sociais e frentes parlamentares divulgarem na Câmara um manifesto contra a PEC 215. “Se aprovada, a PEC 215 resultará em consequências irreversíveis para os povos indígenas e as comunidades quilombolas, considerando que seus territórios são vitais para sua sobrevivência física e cultural, além de contribuírem na preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, no contexto do aquecimento global”, afirma o manifesto.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1AwjtZX>

e com o ministro do STF, José Dias Tóffoli. O recado dos índios foi claro: vão resistir às propostas e decisões que pretendem prejudicar seus direitos.

Em audiências nos plenários da Câmara e do Senado, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, os manifestantes condenaram os vários projetos em tramitação no Congresso contra os direitos indígenas, principalmente a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere do governo federal para o Legislativo a atribuição de oficializar as TIs, as Unidades de Conservação e os territórios quilombolas. Se aprovado, o projeto vai paralisar definitivamente a regularização dessas áreas.

Os líderes indígenas cobraram de Temer e de Rosseto, empenho do Planalto para impedir a apro-

vação da PEC 215 e para homologar 21 TIs cujos processos estão parados na Casa Civil. Também reivindicaram a assinatura das portarias declaratórias de outras 12 TIs que estão paralisadas no Ministério da Justiça. São 33 processos no total que não têm pendências judiciais ou administrativas e estão paralisados por decisão política do governo.

A resposta do governo federal à mobilização veio uma semana depois, com a homologação da TI Arara, dos povos Arara e Juruna, no município de Senador José Porfírio (PA); da TI Mapari, do povo Kaixana, nos municípios de Fonte Boa, Japurá e Tonantins (AM); e da TI Setemã, do povo Mura, nos municípios de Borba e Novo Aripuanã (AM). As três áreas estão na Amazônia Legal e, juntas, somam 232,5 mil hectares.

ISA publica dossiê “Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação”

O dossiê lançado pelo ISA no final de junho traz uma síntese dos principais erros e omissões, tanto da Norte Energia, concessionária que está construindo a hidrelétrica no Rio Xingu, na região de Altamira (PA), como do governo federal na condução das obrigações socioambientais relacionadas à usina de Belo Monte. E conclui que não há condições para a licença de operação, solicitada pela Norte Energia ao Ibama, em fevereiro, e que espera obter em breve. O material também traz uma coletânea de 24 artigos escritos por especialistas, técnicos e representantes de instituições que acompanharam de perto o descompasso entre a execução da obra e a realização das ações de mitigação e compensação de impactos na região afetada.



Nessa última etapa do licenciamento ambiental, não será possível transferir descumprimentos e pendências para a fase seguinte, como aconteceu repetidas vezes, desde a primeira licença ambiental do empreendimento, em 2010. Se a Licença de Operação for emitida sem o atendimento de todas as condições que pretendem viabilizar a operação da obra, não haverá nova oportunidade para exigir a resolução dos problemas causados pela usina.

O dossiê denuncia que temas sensíveis à região amazônica têm sido tratados com descaso. O aumento da exploração ilegal de madeira, a destruição da atividade pesqueira da região, a perda do modo de vida ribeirinho e indígena e um atropelado processo de



© ANDRÉ VILLAS-BOAS/ISA

Construção do canal de 20km de comprimento que desviará o Rio Xingu (PA)

Ministério Público Federal realiza inspeção em áreas ribeirinhas

Em julho, o Ministério Público Federal (MPF) do Pará publicou relatório da inspeção realizada em junho por equipe interinstitucional em áreas de comunidades ribeirinhas atingidas pela remoção compulsória por conta de Belo Monte. Com base em depoimentos de famílias afetadas pela remoção, o documento alerta sobre o risco de os ribeirinhos ficarem desprovidos de acesso aos seus meios de subsistência, já que seu modo de vida foi profundamente afetado.

Destaca também que, sem a opção de remoção para assentamentos em áreas próximas do rio, os ribeirinhos acabam sendo coagidos a aceitar indenizações insuficientes para a aquisição de local que permita a recomposição de suas condições de vida, rompendo com um padrão cultural de ocupação do território, que tem como característica essencial a dupla moradia: uma casa nas ilhas, para a pesca e a agricultura, e outra na cidade, para a venda da produção e para acesso à saúde e à educação.

Após a inspeção, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), licenciador do projeto da usina, notificou a Norte Energia sobre a “suspensão de remoção compulsória e demolição das casas nas ilhas interferidas pela UHE Belo Monte” e afirmou a necessidade de que sejam revistos os tratamentos das famílias impactadas de forma a buscar a recomposição do seu modo de vida.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1IPO4IX>

reassentamento de populações urbanas e rurais são evidências das falhas ocorridas ao longo do processo. As famílias que residem nas ilhas e margens do Rio Xingu têm sido obrigadas a sair de suas casas e áreas produtivas sem uma nova moradia que garanta condições de vida iguais ou melhores às anteriores. Os projetos de reassentamento são distantes do rio, impedindo que essas famílias continuem a exercer sua principal atividade, a pesca. *(veja acima o quadro sobre a inspeção realizada pelo MPF)*

O documento descreve a ineficácia das ações executadas para prevenir ou diminuir os impactos aos povos indígenas e denuncia a ameaça à integridade das Terras Indígenas da região. A TI Cachoeira Seca, localizada na área de impacto de



Da esq. p/ dir.: os antropólogos Sonia Magalhães, Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha durante apresentação do relatório parcial da inspeção

A inspeção foi realizada pelo MPF com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Ibama, a Funai, o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) e a Procuradoria Federal Especializada da Funai (AGU-Funai), com a participação de professores, pesquisadores que atuam com os grupos tradicionais da região, de entidades não governamentais e de representantes dos atingidos.

Belo Monte, foi, em 2013, a mais desmatada do Brasil. O trabalho relembra que o governo federal conseguiu derrubar as ordens judiciais que determinavam a paralisação da obra, utilizando uma medida judicial muito comum à época da ditadura, a Suspensão de Segurança, que se baseia no argumento de que o cronograma de andamento do empreendimento é mais relevante que os direitos das populações atingidas.

O dossiê questiona ainda como um empreendimento em grande parte gerido pela União, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), patrulhado pela Força Nacional e fiscalizado pelo Ibama não foi capaz de garantir que um único hospital fosse entregue ao longo dos três anos de pico das obras, ou como o sistema de saneamento básico implantado corre o risco de ser inutilizado por problemas de coordenação de responsabilidades e de gestão pública.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1eUP9ne>



© LEONARDO PRADO/FGF

À esq., o líder Davi Yanomami e dois xamãs enterram o sangue repatriado

Sangue dos Yanomami volta ao Brasil depois de uma longa batalha

A devolução do sangue dos Yanomami levado do Brasil por pesquisadores norte-americanos sem o consentimento dos índios é resultado de anos de luta do líder Yanomami Davi Kopenawa com o apoio da Comissão Pró-Yanomami, Instituto Socioambiental (ISA), Indian Law Resource Center (organização de advogados indígenas norte-americanos), Ministério Público Federal (MPF) e Itamaraty.

Quase cinquenta anos depois, as amostras foram devolvidas. Davi tomou conhecimento de que elas haviam chegado no final de março. Em esforço realizado nos últimos dois anos, o MPF em Roraima e o Itamaraty conseguiram viabilizar a repatriação, feita pela Universidade do Estado da Pennsylvania. Já em 2008, instituições norte-americanas aceitaram devolver amostras de sangue coletadas em 1967 pelo geneticista James Neel. A repatriação atendeu uma reclamação

feita pelos Yanomami, em 2001, e promovida pelo MPF.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1GDqfn7>

O enterro do sangue aconteceu em abril, na aldeia Piau, região do Toototobi, em um ritual fúnebre reservado, sem a participação de não indígenas, para chorar os mortos que tiveram sangue coletado. A caixa com as 2.693 amostras de sangue processado e DNA purificado foi deixada ao lado de uma cova de pouco mais de um metro de profundidade.

Nesse momento, os xamãs inalavam *yãkoana* para conectarem-se aos seus espíritos auxiliares, os *xapiri pë* (ou *hekura pë*), e aos fantasmas dos mortos (*pore pë*). À medida que dois xamãs, protegidos por luvas cirúrgicas, abriam os recipientes e despejavam o sangue de seus familiares na terra, os demais choravam os parentes falecidos. Ao final do dia, os Yanomami agradeceram as pessoas e instituições envolvidas na repatriamento, em especial à subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, ao procurador federal Gustavo Alcântara, ao diplomata da divisão de direitos humanos do Itamaraty, Marco Túlio Scarpelli Cabral, e à equipe do ISA.



Denominada Õkãpomai, expedição percorreu mais de 50km de fronteira no limite leste da TIY

Expedição investiga ameaças à Terra Indígena Yanomami em Roraima

A Hutukara Associação Yanomami, o ISA e o Mídia Ninja lançaram em abril um especial que documenta uma nova expedição de fiscalização do limite leste da Terra Indígena Yanomami (TIY), denominada Õkãpomai, realizada em setembro e outubro de 2014. A nova expedição também contou com a parceria da Funai e o objetivo foi realizar um diagnóstico da região, com ampla cobertura audiovisual. Daí resultaram um especial com imagens, um curta-metragem inédito produzido pela 12PM, além de um diário de viagem com relatos sobre a viagem. A Canon Professional Service (CPS), que acaba de chegar ao Brasil, apoiou a expedição cedendo equipamentos de fotografia.

A área percorrida durante 15 dias se concentrou no trecho entre os rios Mucajaí e Uraricuera – limite leste da TIY, no Estado de Roraima –, caracterizado por florestas densas e praticamente intactas. Mas há suspeitas de invasões e ameaças, além de referências

SAIBA MAIS EM:
[http://
expedicaoyanomami.
socioambiental.org/](http://expedicaoyanomami.socioambiental.org/)

de índios isolados e abundância de grandes animais pouco acostumados com a presença humana.

Sem fiscalização adequada pelos órgãos competentes, as áreas do entorno do limite leste da TI Yanomami (TIY) estão sendo ocupadas de forma cada vez mais intensa com a expansão da fronteira agroextrativista. Através de imagens de satélites já é possível observar o rápido avanço dessa ocupação em direção aos limites da TIY, e até marcas de invasão.

O projeto de fiscalização de limites, idealizado em 2012 pela Hutukara Associação Yanomami em parceria com o ISA e a Funai, foi dividido em quatro etapas para produzir um diagnóstico da área leste da TI. Naquele ano, foram percorridos mais de 150 km de fronteira na região do Ajarani (que contempla os municípios de Iracema e Mucajaí). Foram constatadas invasões e o aumento da pressão sobre os recursos naturais por parte de fazendeiros, madeireiros, grileiros, garimpeiros, entre outros.

Em 2013, uma nova expedição partiu do Rio Apiáu, percorrendo 114,28 km em 13 dias, com trechos realizados de barco e por terra. Nesta região foram observadas ameaças, como uma invasão de 30 hectares dentro da Terra Indígena, e diversos acampamentos de garimpeiros.

Pesquisa do Rio Negro é apresentada em conferência da Unesco sobre clima

A pesquisa colaborativa sobre os ciclos anuais, realizada por associações e comunidades indígenas do Rio Tiquié (ARN) em coordenação com o ISA, foi apresentada durante a Conferência da Unesco, Nosso Futuro Comum sob as alterações climáticas, realizada em Paris, entre 7 e 10 de julho. A conferência reuniu cerca de dois mil cientistas de 100 países e elencou várias propostas a serem levadas pela comunidade científica à COP-21, a Conferência do Clima, que se realizará em dezembro, na capital francesa.

O antropólogo Aloísio Cabalzar, do Programa Rio Negro do ISA, participou do evento onde fez uma comunicação oral e apresentou o pôster “Conhecimentos Indígenas sobre os Ciclos Ecosistêmicos no Noroeste Amazônico: uma Pesquisa Colaborativa sobre Mudanças Climáticas em Escala Regional”. Ele explicou que essa pesquisa vindo sendo realizada há dez anos, tem gerado alguns resultados e que as informações nela contidas estarão em breve disponibilizadas no site do ISA.

ISA apresenta resultados de projeto mini-usinas para o Google

Um ano depois de ter chegado à final do Desafio de Impacto Social Google|Brasil e ter levado um prêmio de R\$ 500 mil, o ISA apresentou os resultados conseguidos até agora com o projeto mini-usinas open source. O objetivo é a seleção, adaptação, desenvolvimento, implantação e reimplantação de tecnologias de beneficiamento de produtos extrativistas e de roças tradicionais da Amazônia. Inclui especificamente os produtos florestais não madeireiros na região paraense da Terra do Meio como a borracha, a castanha, óleos e o mesocarpo de babaçu e a produção de pimenta dos índios baniwa da região do Alto Rio Negro.

Marcelo Salazar, coordenador adjunto do Programa Xingu do ISA, mostrou algumas das tecnologias desenvolvidas até aqui tais como um desidratador multiuso que pode ser usado para a castanha do Pará, frutas, raízes, folhas e pimenta, utilizando diferentes fontes energéticas como a lenha, a energia solar e o gás.

Em sua apresentação, Salazar explicou que o projeto, que tem dois anos de duração, alcançou em quase um ano cerca de 40% das metas estabelecidas.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/13X07TN>
E <http://isa.to/1puxRxp>

Curtas

Seminário internacional debate gestão em áreas protegidas

Organizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e pela Universidade Internacional da Costa Rica, entre outras instituições, o seminário discutiu a gestão integrada de Áreas Protegidas e sua contribuição para o cumprimento de acordos globais de conservação. O evento se realizou em maio, em Manaus, e contou com cerca de 150 participantes, entre eles, representantes do Programa Monitoramento do ISA. Exemplos da Colômbia e do Rio Negro (AM) mostraram mecanismos para a solução de conflitos de gestão em áreas protegidas, envolvendo casos de dupla afetação entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação. O especialista Carlos Eduardo Marinelli apresentou o Sistema de Indicadores Socioambientais de Unidades de Conservação (SisUC), ferramenta elaborada com a participação do ISA. Além de mudanças climáticas e outros temas, o papel determinante das áreas protegidas para reduzir o desmatamento também foi discutido. O mapa Bacia do Rio Negro: uma visão socioambiental, publicado pelo ISA foi lançado durante o seminário. No final, foram elaboradas 36 recomendações a serem apresentadas no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação em outubro.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1T71ab5>



Quebradeiras receberam orientações sobre como comunicar sua campanha

Monitoramento e Comunicação ministram oficina para quebradeiras de coco babaçu

Entre 27 e 29 de maio, profissionais da Comunicação e do Programa de Monitoramento do ISA participaram de uma oficina para o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MI-QCB), em São Luís (MA). Focada na construção de estratégias para a Campanha Babaçu Livre, a oficina foi coordenada pela jornalista Mara Régia, da EBC. Durante três dias, cerca de 20 quebradeiras de coco e jovens assessoras do movimento receberam orientações sobre como comunicar em diferentes contextos – de entrevistas à imprensa a postagens nas redes sociais. No último dia, as quebradeiras visitaram a Rádio Timbiras – uma emissora pública do Maranhão –, onde foram entrevistadas, contaram a história de seu movimento e divulgaram os vários produtos elaborados a partir do coco babaçu.

Gabriella Contoli e Tatiane Klein, do ISA, fizeram uma formação específica sobre comunicação na internet, administração do site e da rede social Facebook e na definição das mensagens da Campanha Babaçu Livre – que quer garantir o livre acesso das quebradeiras de coco às áreas de babaçuais e proibir sua derrubada nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Em articulação com as jovens participantes, também foi feito um treinamento para a produção de fotos, vídeos e textos informativos. A oficina é resultado de uma parceria do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA com a Fundação Ford e também preparou a participação das quebradeiras na Marcha das Margaridas – que acontece em agosto, em Brasília (DF).

Curtas

► Assembleia do ISA 2015 inovou no formato

Realizada em junho passado, a assembleia do ISA em 2015 inovou com um talk show no qual os coordenadores apresentaram os melhores momentos de seus programas informalmente. O talk show aconteceu na parte da tarde e abriu espaço para a participação dos colaboradores do ISA, além de sócios e convidados. Na sequência, foi exibido o filme Índio Cidadão, seguido de um debate sobre direitos territoriais de populações indígenas e tradicionais conduzido pelo sócio fundador do ISA, Márcio Santilli. A parte da manhã da assembleia foi dedicada a aprovação de execução orçamentária, prestação de contas e relatório de atividades entre outros assuntos.

► ISA planeja estratégia 2016-2020

Desde o ano passado, as equipes do ISA vêm se reunindo em diferentes oficinas para debater o planejamento estratégico da instituição para os próximos cinco anos, de 2016 a 2020. As oficinas ao longo desse período contaram com um facilitador que levou o grupo a refletir sobre objetivos estratégicos e linhas de ação para atingí-los. A ideia é contribuir com o aprimoramento da ação do ISA e a ampliação de sua capacidade de incidência política.

Coalizão Brasil lança documento com propostas para a COP-21

O movimento multissetorial Coalizão Brasil - Clima, Florestas e Agricultura lançado em junho, em São Paulo, reuniu cerca de 400 pessoas, e apresentou propostas para influenciar a participação brasileira na COP-21, em Paris, no final do ano.

As propostas de políticas públicas e ações efetivas apresentadas visam o estímulo à agricultura, pecuária e economia florestal para promover o protagonismo do Brasil na liderança global da economia sustentável e de baixo carbono. Iniciado em dezembro de 2014, o movimento conta com a participação de mais de 50 organizações entre associações empresariais, empresas e organizações da sociedade civil, o ISA entre elas.

A Coalizão tem um Grupo Orientador, cuja função é facilitar o processo, formado pelas seguintes organizações: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Diálogo Florestal, Instituto Ethos e Observatório do Clima. De acordo com Carlos Rittl, do Observatório do Clima, (que congrega diversas organizações da sociedade civil, o ISA entre elas) o objetivo da Coalizão é debater como o Brasil se coloca em relação às mudanças climáticas e ao aquecimento global e ressaltou que entre janeiro e junho deste ano, 1050 municípios brasileiros decretaram estado de calamidade

pública em razão de eventos climáticos extremos. A presidente do CEBDS, Marina Grossi, destacou que a contribuição do Brasil é fundamental para a redução de emissões de gases de efeito estufa e que embora 2015 seja um marco, o movimento vai além. Durante todo o evento de lançamento, que contou com a participação do secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, o documento recebeu novas adesões. Ele será a base para sugestões e inclusões, que deverá resultar na posição que o Brasil levará para a COP-21.

O ISA na COP do Clima

O ISA vai acompanhar a 21ª Conferência do Clima (COP-21) que terá como principal objetivo costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, diminuindo o aquecimento global e em consequência limitando o aumento da temperatura global em 2°C até 2100. A página que está no site do ISA traz informações básicas sobre a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática, reúne notícias produzidas pelo Observatório do Clima e também por uma equipe que está enviando matérias diretamente de Paris. **Acompanhe em:**

<http://www.socioambiental.org/pt-br/cop-21>



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1T71BIC>



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Carverio Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Marina Kahn e Neide Esterci. **Secretário Executivo:** André Villas-Bôas. **Apoio institucional** Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). **Jornalistas:** Letícia Leite e Oswaldo Braga de Souza. **Colaboração:** Tatiane Klein. **Ilustrações e logomarca:** Rubens Matuck. **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira.

VISITE NOSSO SITE: WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua Dr. Nuno Silva Bueno, 390, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.